

CEDEPLAR
XVI Seminário sobre a Economia Mineira

Negócios negreiros e mercado de crédito em São João del Rei (1802-1806)

Bruno Martins de Castro
(Programa de Pós-graduação em História da UFSJ)

Resumo:

O presente texto busca identificar e analisar as movimentações dos mercados de crédito, escravos e terras no termo da vila de São João del Rei, entre 1802 e 1806, tendo por base as escrituras públicas do tabelionato de notas. Por meio do levantamento realizado, pôde-se verificar a relevância dessas transações no conjunto das demais operações registradas, o que nos permitiu perceber a existência de um ativo mercado envolvendo o comércio conjunto de unidades produtivas e escravos e as mudanças no perfil da estrutura creditícia são-joanense, cujo controle passou gradativamente das mãos de instituições coloniais para as da elite mercantil.

Palavras-chave: mercado negreiro, crédito e escrituras notariais.

Área temática: História Econômica e Demografia Histórica

Negócios negreiros e mercado de crédito em São João del Rei (1802-1806)

Bruno Martins de Castro¹

1. Considerações iniciais

A historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX tem produzido, nos últimos anos, importantes análises acerca da caracterização e funcionamento das práticas econômicas que se desenvolveram nesta sociedade, dando especial atenção para as trajetórias e estratégias empreendidas pelos agentes ligados ao setor mercantil de abastecimento². Esses estudos estão na esteira de algumas revisões críticas³ que, já no final da década de 1970, suspeitaram do profundo colapso e involução econômica que teria se abatido sobre Minas, decorrentes do esgotamento de seus veios auríferos por volta do terceiro quartel do século XVIII⁴. Assim, verificou-se que as atividades produtivas e comerciais, ao contrário do que até então se admitia, foram responsáveis por atenuar os impactos da crise – que, aliás, não se fez sentir do mesmo modo em todas as regiões da capitania/província –, conduzindo ao desenvolvimento de um ativo mercado consumidor e à consolidação de uma elite de negociantes, que, sobretudo a partir do século XIX, passou a dominar pontos nevrálgicos dessa economia, como a reprodução da mão de obra via tráfico e o fornecimento de crédito.

Como bem sugerem Carlos Guimarães e Liana Reis em artigo já consagrado, o arrefecimento da exploração aurífera, na realidade, possibilitou a rápida conversão da “economia do ouro” para uma larga produção de abastecimento, incipiente em Minas desde o princípio de sua ocupação territorial. A convivência da produção de alimentos com a exploração do minério atesta a diversidade e o dinamismo dessa economia, que encontrou no mercado interno a principal alternativa para superar o impacto do declínio das lavras. Além disso, não podemos esquecer que uma parcela nada desprezível das escravarias estava, neste momento, destinada ao trabalho em unidades produtivas que se dedicavam também às lides agropastoris⁵. As regiões mineiras que estavam mais vocacionadas para tais atividades foram,

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Atualmente está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade como aluno de disciplina isolada.

² Entre os principais trabalhos podemos citar CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercados das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002. Um sucinto balanço das principais investigações empíricas sobre a economia mineira no setecentos pode ser encontrado em LIBBY, Douglas Cole. “O apelo de Maria Yedda e a história econômica das Minas setecentistas”. In: SILVA, Francisco Carlos T. da; MATTOS, Hebe M.; FRAGOSO, João. *Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad /Faperj, 2001.

³ Ver, entre outros, o ensaio pioneiro de LINHARES, Maria Yedda Leite. “O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência”. MINAS GERAIS. *Seminário sobre cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

⁴ Para Celso Furtado, um dos principais autores a defender a tese da “decadência de Minas”, a crise aurífera provocou a desarticulação de toda a economia mineira, tanto que “em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por populações principalmente de origem europeia”. Para uma compreensão mais detalhada dos argumentos do autor, ver FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 132-134.

⁵ GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”, *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, v. 1, nº 2, jun.-1986.

naturalmente, aquelas que melhor enfrentaram essa conjuntura de mudanças e que acabaram por concentrar o maior contingente da população mancipia⁶.

Entre essas áreas, a comarca do Rio das Mortes tornou-se, ao longo da primeira metade do oitocentos, uma das mais prósperas de Minas Gerais. Este cenário esteve intimamente atrelado ao desenvolvimento, como já apontamos acima, da produção de gêneros alimentícios que abasteceram, além da própria província, os mercados da praça comercial do Rio de Janeiro. Essa “especialização produtiva”, estimulada por intensas relações comerciais, possibilitou à elite mercantil regional acumular vultosos capitais, que puderam ser aplicados na própria reiteration do setor produtivo escravista. A vila de São João del Rei, sede administrativa da referida comarca, além de absorver grande parte dos rebanhos e da produção das lavouras da região, transformou-se num importante núcleo financeiro e creditício⁷.

Não obstante, cabe insistir que o comportamento do setor mercantil são-joanense passou por profundas alterações entre os séculos XVIII e XIX, apontando para um processo de fortalecimento e ampliação dos negócios de sua elite. Conforme argumenta Graça Filho,

(...) podemos julgar que [a] conjugação de negócios agrários e das lavras de ouro com os mercantis fossem uma diversificação das atividades que formaram a primeira elite econômica mineira. E nela, as lides agrárias e do extrativismo mineral deveriam formar a base de suas riquezas, frente a um comércio dominado pelas redes familiares e clientelares estabelecidas a partir da Bahia e do Rio de Janeiro. Mas no século XIX, os grandes negociantes são-joanenses formaram a elite econômica da região e eram todos donos de lojas e armazéns no centro da cidade. Poucos permaneciam ligados aos investimentos agrários de importância e a mineração se tornara residual na comarca do Rio das Mortes⁸.

Tendo em vista que esse complexo econômico se organizou em torno do escravismo colonial e que em Minas o apego à escravidão foi o mais notável durante todo o período provincial, sinalizamos, desde já, a necessidade de se entender um pouco melhor a empresa do tráfico interno, que, interligando o interior mineiro aos principais portos da colônia, contribuiu decisivamente para o a reposição dessa força de trabalho. O debate que envolve este tema, como se verá mais adiante, dá-nos alguma noção dos esforços empíricos no campo dos estudos demográficos que vêm sendo realizados para se estabelecer um exame mais refinado da realidade da época.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é tão somente identificar e analisar, através das escrituras dos livros cartoriais do termo da vila de São João del Rei, as movimentações dos mercados de crédito, escravos e terras, considerando a participação de seus agentes e o papel dessas operações no conjunto das demais transações registradas. Para isso, balizamos nosso recorte temporal essencialmente a partir da documentação levantada, cujo período corresponde aos anos de 1802 a 1806, momento em que a praça são-joanense convertia-se num dos mais vigorosos núcleos econômicos de Minas Gerais. Esperamos ainda, mesmo que

⁶ Para uma análise comparativa mais pormenorizada sobre a estrutura produtiva da comarca do Rio das Mortes e de Vila Rica, ver ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Pobres e ricos em Minas Gerais...*, op. cit., p. 47 et seq.

⁷ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas...*, op. cit., p. 80.

⁸ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Negócios negreiros na antiga comarca do Rio das Mortes: Minas Gerais, c. 1750 - c. 1850*. Relatório de pesquisa de produtividade/CNPq. São João del Rei, fevereiro de 2012, pp. 51-52. Um estudo mais detalhado sobre a praça mercantil de São João del Rei no século XIX pode também ser encontrado em GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. “A praça mercantil e a cidade de São João del Rei no Oitocentos”. In: ANDRADE, Francisco Eduardo; BOHER, Alex Fernandes; PIRES, Maria do Carmo. *Poderes e lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Scortecci Editora, 2013.

rapidamente, traçar algumas considerações acerca da chamada economia política de privilégios⁹, visível em nossas fontes por meio das práticas de arrematação de contratos e oferta de serviços pessoais e familiares para obtenção de mercês régias. Tal estrutura socioeconômica, como sabemos, reforçava o caráter excludente e legitimador das desigualdades próprias das hierarquias características do Antigo Regime nos trópicos, no qual a escravidão foi traço integrante e distintivo¹⁰.

2. Entre o tráfico e a reprodução endógena: algumas considerações sobre a reprodução das escravarias em Minas Gerais do século XIX

Entre os indícios que invalidam a tese da decadência da economia mineira está a constatação de que Minas, conforme indica Roberto Borges Martins, apresentou ao longo do século XIX a maior densidade demográfica de todo o Império, concentrando também a maior população escrava. Para este autor, a recomposição dessa mão de obra servil estivera intensamente ligada à capacidade de importação de cativos pela província, embora esta apresentasse uma economia pouco mercantilizada, voltada principalmente para a produção agrícola de autossustentação. O fato de estar desligada do complexo escravista agroexportador não teria, portanto, inviabilizado a participação de Minas Gerais no tráfico de africanos. A crescente absorção de escravos explicar-se-ia pela grande disponibilidade de terras apropriáveis, pois, uma vez tendo acesso a elas, dificilmente um proprietário as cultivaria com as próprias mãos, daí sendo necessária a constante recorrência ao trabalho forçado¹¹.

Uma interpretação diferente foi proposta por Wilson Cano e Francisco Vidal Luna, ao questionarem como uma economia com o perfil pouco mercantil, característica com a qual, aliás, concordam, foi capaz de gerar capitais para o financiamento da importação de mão de obra. Com base em alguns estudos demográficos para o início do século XIX¹², os autores ressaltaram a sensível redução da presença de africanos em várias localidades mineiras em contraponto ao aumento do número dos escravos nascidos no Brasil. A mudança de eixo econômico nos anos 1780 teria viabilizado a criação de condições mais favoráveis à reprodução dos escravos. Tais condições devem-se fundamentalmente ao baixo caráter mercantil da província, ou seja, os cativos, por não estarem inseridos numa lógica produtiva destinada à exportação, seriam submetidos a níveis de exploração mais brandos, favorecendo, assim, a procriação entre o plantel¹³.

⁹ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. “Uma leitura do Brasil colonial. Base da materialidade e da governabilidade no Império”, *Penélope*, n.º. 23, 2000, p. 75.

¹⁰ MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 143.

¹¹ MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. Os argumentos centrais do autor acerca do apego à escravidão e da disponibilidade de terras como fator explicativo da absorção de cativos por Minas são novamente retomados em MARTINS, Roberto; MARTINS FILHO, Amílcar V. “Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited”, *Hispanic American Historical Review*, 63 n.º 3, 1983.

¹² Entre as pesquisas demográficas que serviram de base para a interpretação dos autores estão COSTA, Iraci del Nero. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da Costa. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.

¹³ LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. “Economia escravista em Minas Gerais”, *Cadernos IFCH/Unicamp*. Campinas, n.º 10, out.-1983.

Inseridas no debate, as reflexões de Robert Slenes puderam lançar luz sobre alguns aspectos que foram inteiramente desconsiderados por essas proposições. Apesar de estar de acordo com a asserção de Martins sobre a notável capacidade de Minas em importar seus escravos, o autor opõe-se à ideia de que essa economia tivesse apresentado uma natureza pouco mercantil. Ao investigar as exportações mineiras através de fontes variadas, Slenes chama nossa atenção para a dinâmica comercial interna da província e para as relações desta com a praça carioca, mostrando que foi justamente a existência desse setor mercantil bastante aquecido o fator que havia permitido a criação de recursos suficientes para que os mineiros comprassem grande número de cativos. Assim sendo, essa economia teria efeitos multiplicadores, pois a crescente demanda externa por gêneros de abastecimento seria responsável pela própria reprodução dos setores dinâmicos atrelados ao mercado interno, mostrando uma intensa interação entre estes dois níveis¹⁴.

Uma contribuição inovadora a estes estudos, considerados já clássicos em nossa historiografia, foi-nos oferecida por Douglas Cole Libby, cuja pesquisa destaca a relevância das atividades de transformação, como aquelas ligadas à produção têxtil e à siderurgia, e a existência de outras formas de trabalho além do escravismo. O dinamismo econômico e social da província, segundo ele, deve ser pensado em termos de uma “acomodação evolutiva”, isto é, de uma reorganização do setor produtivo mineiro em substituição ao período de auge das exportações de ouro e pedras preciosas¹⁵.

Este contexto foi marcado por um comportamento geral de crescimento demográfico, principalmente quando consideramos que a população de indivíduos livres saltou de 188.712 para 218.223 entre os anos de 1786 e 1805, e a dos escravos de 174.035 para 188.781. Neste período, entretanto, foi observado que a capacidade de importação de Minas atingiu um dos seus níveis mais baixos, o que leva a cogitar a possibilidade de a manutenção ou mesmo o aumento de sua escravaria não ter dependido unicamente do tráfico. Além disso, Libby constata que 59,1% do contingente mancipio eram formados por crioulos, dado que, adicionado à baixa razão de masculinidade nesta categoria, indicaria como possibilidade a reprodução endógena. Como se vê, a recomposição da força de trabalho escravo em Minas Gerais não foi dependente de um único fator; e, certamente, variou conforme o momento histórico e a região analisada¹⁶.

Com relação à distribuição da propriedade de escravos na província, podemos assinalar, seguindo as conclusões de Libby a partir do censo 1831-1840, que ela era muito diferente da imagem das grandes escravarias caribenhas. De maneira geral, o que se encontrou entre os domicílios mineiros levantados, cerca de 20.000, é que 66,7% deles não apresentavam sequer um único cativo. Já entre aqueles em que havia a propriedade, cerca de 2/3 possuíam até 5 escravos, evidenciando um cenário predominantemente marcado pela presença de pequenos proprietários, visão que se completa com a informação de que apenas em 163 fogos a posse era superior a 30 cativos¹⁷. Por estes dados, e considerando o papel do comércio negro, somos levados a acreditar que em Minas se constituiu um mercado consumidor formado em sua maioria por modestos possuidores, que seriam abastecidos com

¹⁴ SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, *Cadernos do IFCH/Unicamp*. Campinas, nº 17, jun.-1985.

¹⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 22.

¹⁶ LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. 2ª ed. rev. São Paulo: Hucitec/USP/Imprensa Oficial, 2002, pp. 246-250.

¹⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho numa economia escravista...*, op.cit., pp. 97-98.

certa regularidade pelos agentes que pudessem dispor de recursos para movimentar estes negócios¹⁸.

Por meio dos registros fiscais de despacho e passaporte de escravos da Intendência da Polícia da Corte, João Fragoso e Roberto Guedes puderam oferecer maiores detalhes sobre as engrenagens do tráfico interno e a participação dos mineiros nesse empreendimento. Entre 1824 e 1833, Minas foi o mercado que mais absorveu cativos novos e ladinos, adquirindo 40,7% de um total de 145.158 escravos saídos do porto carioca. O transporte destes cativos, acompanhados muitas vezes de outras mercadorias, fora feito não por negociantes cariocas, mas pelos próprios mineiros, que, mesmo declarando como destino municípios fluminenses – talvez para pagarem menos impostos –, tinham como paradeiro final sua província de origem. Nestas viagens, os tropeiros das Gerais também abasteceram os mercados do interior do Rio de Janeiro, corroborando sua atuação hegemônica no controle do comércio de almas no Sudeste brasileiro¹⁹.

Ainda segundo os autores, o tráfico interno seria caracterizado pela predominância do mercador eventual. Para o período de 1825-1830, constatou-se que 63,9% dos vendedores faziam viagens pelo interior transportando de 1 a 10 escravos, sendo responsáveis por apenas 5,4 % de todo o volume negociado. Já os “profissionais do tráfico”, aqueles que controlavam carregamentos maiores, acima de 51 cativos, representavam 13,8% dos agentes, dominando 69,6% da população mancipia alienada no período²⁰. Fragoso e Guedes concluem que este era

(...) um mercado definitivamente pré-industrial. Na sua base, deparamo-nos com uma multidão de pequenos comerciantes de ocasião e, no seu topo, com um grupo, talvez mais estável, que controlava os ritmos do negócio. Com efeito, a venda/distribuição regional de cativos, como negócio, não destoava muito de outros segmentos do mercado da praça carioca da época, como o comércio de cabotagem, o transporte de rebanhos e mesmo o tráfico Atlântico de escravos. Todos estes segmentos tinham as mesmas características: o predomínio dos ‘empresários eventuais’ e o controle dos negócios nas mãos de grandes negociantes²¹.

O estudo de Manolo Florentino sobre comércio internacional de escravos entre a África e a praça do Rio de Janeiro também nos forneceu alguns dados, ainda que não tão detalhados, acerca da organização deste comércio no interior da região de desembarque. De acordo com ele, assim que chegavam, os cativos eram concentrados nos armazéns do Valongo, sendo que, pouco tempo depois, grande parte deles era conduzida, seja por tropas ou cabotagem, para áreas consumidoras mais distantes. A atuação dos grandes consignatários na redistribuição terrestre dessa mercadoria foi muito reduzida, tanto que, em 1828, observou-se que apenas 4% desses agentes ligados ao comércio marítimo atuaram nesse segmento. Pouco antes, no ano de 1824, o quadro era bem parecido, pois somente 4,5% dos 310 traficantes que operavam na África levaram cativos para regiões interioranas. Entretanto é preciso considerar

¹⁸ Ver GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Negócios negreiros na antiga comarca do Rio das Mortes...*, op. cit., p. 28.

¹⁹ FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. “Anexo I- Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 401, 424 e 425: despachos de escravos e passaporte da Intendência da Polícia da Corte, 1819-1833”. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. *Banco de dados dos despachos de escravos e passaporte da Intendência da Polícia da Corte* (mimeo), pp. 7 e 11-12. Agradecemos ao professor Marcos Ferreira de Andrade a gentileza em nos ter concedido o banco de dados e os textos em anexo.

²⁰ *Ibidem*, pp. 15-17.

²¹ *Ibidem*, pp. 16-17. Sobre a caracterização de mercados pré-capitalista, ver FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII – O jogo das trocas*. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, v.2.

que, mesmo em pequeno número, estes comerciantes dominavam uma parte substancial deste comércio, como o exemplo de três consignatários citados pelo autor, que, recebendo escravos diretamente do continente africano, controlaram 1/4 de toda mercadoria redistribuída²².

Finalmente, cabe ainda fazer algumas considerações acerca de um trabalho demográfico sobre Minas Gerais, o qual incitou polêmicas e, por certo, engrossou o caldo historiográfico que ora apresentamos. Trata-se da investigação do brasilianista Laird W. Bergard, em que busca demonstrar, por meio de um vasto levantamento de inventários *post-mortem*, a tendência geral de substituição das importações de cativos pela reprodução natural das escravarias, especialmente a partir da crise da mineração. Minas, passado este momento, teria se transformado num importante centro produtor, ativamente conectado ao comércio interprovincial, e seus escravos passariam por um franco processo de abasileiramento. É bem verdade que a importação de africanos permaneceria em funcionamento. Porém, como observa o autor, ela se constituiu de “episódios passageiros que não devem ser analisados de forma exagerada”²³.

Alguns desses argumentos foram taxativamente rechaçados por Douglas Libby, que os considerou falhos, inclusive em termos de metodologia. Inicialmente Libby aponta que o autor em questão não esteve atento a variações regionais em termos demográficos, desconsiderando, portanto, dados da lista nominativa de 1831-1832, que mostram maioria de africanos para algumas regiões, como no distrito diamantino. Além disso, números do tráfico interno, recentemente apresentados – por exemplo, o fato de Minas ter absorvido 45% de todos os escravos saídos do Rio de Janeiro, entre 1818 e 1831 –, foram igualmente negligenciados²⁴. De maneira geral, as conclusões apresentadas pelo brasilianista são tidas como descuidadas, pois, com relação à sua tese principal – a reprodução endógena –, ela apenas pode ser apreendida indiretamente considerando uma tendência de equilíbrio entre o percentual de homens e mulheres, sendo que uma maior importação destas últimas tivesse contribuído para esta situação²⁵.

Como esperamos ter demonstrado ao longo deste tópico, o debate que envolve a temática da reprodução da escravidão mineira é bastante rico em possibilidades de análises e abordagens metodológicas. Tendo-as em vista, traçaremos agora nossas próprias observações a partir da pesquisa que realizamos.

3. Metodologia de investigação

Nossa análise é fruto de um projeto de iniciação científica, elaborado pelo professor doutor Afonso de Alencastro Graça Filho (DECIS/UFSJ) e desenvolvido por nós, ao longo do ano de 2012²⁶. Nesse tempo, conseguimos levantar todas as escrituras públicas contidas em 2

²² FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 137-138.

²³ BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 202.

²⁴ LIBBY, Douglas Cole. “Caribbean and Latin America”. In: *The American Historical Review*. v. 107, nº 1, fevereiro de 2002. Texto disponível em http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd25/douglas.pdf. Acessado em: 18/05/2013.

²⁵ LIBBY, Douglas Cole apud PINTO, Fábio Carlos Vieira. *Família escrava em São José del Rei: aspectos demográficos e identitários (1830-1850)*. Dissertação de mestrado. São João del Rei:UFSJ/PPGHIS, 2010, p. 16. Ver LIBBY, Douglas Cole. “Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergard.” In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et. allii. (orgs.). *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Goiânia: ANPUH, 2001.

²⁶ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *O crédito e o mercado negreiro em São João del Rei, 1750-1850*. Projeto de iniciação científica (edital FAPEMIG). São João del Rei: UFSJ/DECIS, out.-2011.

códices do tabelionato de notas da vila de São João del Rei²⁷, o que totalizou 208 registros, que se estendem de janeiro de 1802 a maio de 1806, sendo 46 (22,11%) deles no primeiro ano, 45 (21,63%) em 1803, 35 (16,82%) em 1804, 60 (28,84%) em 1805 e, por fim, 22 (10,57%) no último ano. As principais informações coletadas foram registradas em um banco eletrônico de dados primários, que agora nos serve de suporte para a presente investigação.

É importante que se diga que a documentação notarial é muito variada, pois, além dos registros de escrituras, vemos também procurações bastantes e traslado de papéis de liberdade. No caso das primeiras – fontes de nossa pesquisa –, buscamos identificar a natureza dos negócios, o valor das transações, o nome dos agentes envolvidos e outros dados secundários, como a forma de pagamento, as condições do contrato e a presença do teor de procuração lançada em anexo. Estas escrituras referem-se a uma multiplicidade incrível de tipos de registros, tais como aqueles de compra e venda, dívida, doação, hipoteca, dote e arras, perdão, sociedade, desistência, distrate, quitação, partilha, trato, nomeação, entre tantos outros. Por isso, visando a uma organização mais pormenorizada das informações que se nos apresentaram, buscamos privilegiar, como se verá mais abaixo, aquele conjunto de registros que melhor nos permite apreender o quadro econômico são-joanense no período contemplado por nossa investigação.

Contudo é preciso considerar que aquelas escrituras não correspondem à totalidade das negociações realizadas nos anos cobertos pela nossa pesquisa, pois, afinal de contas, uma grande parcela das transações era feita por acordos particulares, que sequer chegaram a ser lavrados na nota do tabelião, ou, quando o eram, a lavratura se fazia muitos anos depois, como forma de ratificação dos negócios. De qualquer modo, ao fazermos um exame detalhado do corpo dessa documentação e ao relacionarmos-lo com a bibliografia especializada sobre nosso tema, pudemos, ainda que de modo parcial, lançar luz sobre alguns aspectos da organização e funcionamento do comércio de escravos e do mercado de crédito são-joanense no período enfocado. Acreditamos que os dados encontrados poderão se tornar muito mais esclarecedores se conjugados com outros fundos documentais, e é justamente o que pretendemos fazer caso a pesquisa tenha prosseguimento.

4. Análise dos resultados

4.1- O mercado de escravos e imóveis através das escrituras de compra e venda

Uma característica comum encontrada entre as escrituras de compra e venda foi a prática das transações casadas, em que eram vendidos em um mesmo registro mais de um bem. Isso fez com que apenas encontrássemos no documento a referência ao montante total do negócio, já que os valores de cada mercadoria não foram discriminados separadamente. Além disso, pudemos constatar também a predominância das vendas a prazo, muitas vezes acompanhadas de hipotecas como garantia para a liquidação do débito. Como sabemos, este foi um traço marcante das economias pré-capitalistas, pois a carência de meios circulantes levava, com frequência, à constituição de extensas cadeias de endividamento²⁸.

Dos nossos 208 registros, que totalizaram 234:766\$703,5, constatou-se que 106 deles se referiam a contratos de venda envolvendo negociações com imóveis rurais, prédios urbanos ou escravos. Só para termos uma ideia da representatividade e da capacidade de

²⁷ Os livros de notas do termo da vila de São João estão localizados no Arquivo Histórico e Escritório Técnico II de São João del Rei/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

²⁸ Sobre as cadeias de endividamento, ver FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura...*, op.cit., p. 243; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas...*, op. cit., 75.

movimentação de capitais por estas transações, basta indicar que elas foram responsáveis por 190:031\$631 ou 80,94% daquele montante.

No caso específico dos imóveis rurais, temos 66 contratos (62,26% das vendas) que juntos perfizeram a soma de 159:756\$898, o que nos sugere a existência, tal como indicou Graça Filho, de um ativo e promissor mercado de terras²⁹. Curiosamente os negócios com propriedades agrárias classificados como venda casada – envolvendo terras com suas benfeitorias, animais e/ou escravos –, apesar de aparecerem apenas em 20 registros, somaram 104:098\$498, enquanto os de venda simples, presentes em 46 escrituras, corresponderam a pouco mais da metade deste valor (55:658\$400). Um exemplo da grandiosidade desses primeiros negócios pode ser percebido através do caso de dona Ana Josefa de Souza, viúva de Francisco José Teixeira, que, juntamente com suas filhas e genros, vendeu, a 3 de junho de 1802, aos compradores capitão Antônio José Teixeira e alferes Francisco José Teixeira – ao que tudo indica, seus filhos – a fazenda da Ilha com todos os seus pertences, entre os quais um engenho de cana e 72 escravos, pela fabulosa quantia de 17:018\$000³⁰.

Já os imóveis urbanos tiveram uma participação menor no conjunto dos contratos de venda, totalizando 37 registros (34,90%) e movimentando 28:118\$733. Entre eles, as vendas casadas, mais uma vez, foram responsáveis pela discrepância observada anteriormente: em 6 registros desse tipo, o montante foi de 14:746\$179, ao passo que em 31 vendas simples a quantia chegou somente a 13:372\$554. Portanto, além de algumas variáveis que devem ser consideradas, como as condições do imóvel, suas dimensões e localização, os escravos vendidos conjuntamente, tanto no caso dos prédios urbanos quanto das unidades produtivas, representaram um incremento no valor das escrituras, estando eles sub-representados nestes registros.

Apesar da dificuldade em conhecermos o preço dos cativos envolvidos nas vendas casadas, conseguimos identificar ao menos a quantidade em que aparecem em cada um desses registros. Assim, para o caso dos contratos de imóvel rural desta modalidade, temos a presença de 435 escravos em 17 das 20 escrituras, correspondendo a uma média de pouco mais de 21 indivíduos por cada unidade produtiva. Nos contratos de imóveis urbanos, por sua vez, eles estiveram presentes em todos os 6 registros, representando um total de 20 e uma média de 3,3 indivíduos.

Entre as 106 vendas aqui analisadas, encontramos apenas 3 (2,83%) que negociam exclusivamente escravos. Por meio das informações que pudemos extrair destas escrituras, conseguimos, contudo, aproximar-nos do preço médio de cada um deles. Os registros foram responsáveis por negociar 15 indivíduos, cujo preço total foi 2:156\$000, o que corresponde a uma média de valor de 143\$733,3. Observamos, assim, que a escassez de escrituras notariais referentes ao comércio de escravos não é, de nenhum modo, condizente com os estudos que apontam a capacidade de Minas Gerais em importá-los ao longo das primeiras décadas do século XIX³¹. Por isso, é bem provável que o comércio tenha se configurado, como inclusive era costume, na base da informalidade, sendo que, muito provavelmente, a maior parte das transações tenha sido lançada na contabilidade particular dos próprios negociantes³².

²⁹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Negócios negreiros na antiga comarca do Rio das Mortes...*, op. cit., p. 53.

³⁰ *Escritura de compra venda que fazem dona Anna Josefa de Souza e suas filhas e genros aos compradores o capp^{am} Antonio José Ferreira e o alfferes Fran^{co} José Teixeira*. Livro do Ofício de Notas de São João del Rei (1802-1804), 03/06/1802, fls. 36 - v. e 37 - f. e v.

³¹ Entre estes estudos, ver FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. “Anexo I- Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada...”, op. cit.; MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. “Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772”. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006 (disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A002.pdf).

³² Tais conclusões estão também presentes em GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Negócios negreiros na antiga comarca do Rio das Mortes...*, op. cit., p. 33; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do*

4.2 – Mudanças na estrutura creditícia da vila de São João del Rei: os registros de dívidas

O mercado colonial foi marcado, pelos menos, até o fim do século XVIII, pela atuação de importantes instituições creditícias, como a Santa Casa de Misericórdia, as irmandades religiosas e o Juizado de Órfãos. Elas foram responsáveis por promover a liquidez em uma sociedade carente de meios circulantes, e, como se tem comumente apontado, seu estudo tem possibilitado uma compreensão mais nítida das estruturas socioeconômicas desse período³³.

Só para se ter um exemplo, o Juízo de Órfãos fora responsável, na segunda metade do século XVII, por aproximadamente 1/3 dos empréstimos concedidos no Rio de Janeiro, denotando uma efetiva participação desta instituição no financiamento da economia fluminense, assim como um grande prestígio e poder político para aqueles que estavam a sua frente. Todavia, à medida que o corpo mercantil da cidade começou a adquirir maior vigor, por volta das primeiras décadas do século XVIII, o controle do crédito passou à mão dos “homens de negócio”, que, por meio de seus inúmeros empreendimentos, geraram recursos suficientes para suprir a demanda por empréstimos. Para ilustrar o crescimento da atuação desses negociantes grossistas, basta indicar que, entre 1731 e 1740, eles foram responsáveis por 58,1% do crédito registrado nas notas do tabelião, enquanto o Juízo de Órfãos respondeu somente por 0,8% do dinheiro emprestado³⁴.

A economia são-joanense, na passagem do século XVIII para o XIX, também viveu uma transformação semelhante a essa. Como demonstrou Raphael Chaves Ferreira, o cofre do Juízo de Órfão apareceu como credor, no período de 1774 a 1779, em 46 escrituras de dívidas de um total de 68, o que equivale a dizer que 2/3 delas pertenciam àquela instituição. Além de responderem pela maioria dos contratos de empréstimos, esses registros foram também responsáveis por movimentar 25:444\$911 ou 63% do valor de todas as dívidas lançadas em cartório³⁵. Já em nossa pesquisa, voltada para a primeira década do século XIX, encontramos 14 escrituras de dívidas, que totalizaram em 9:798\$864, dos quais somente 3 registros (21,42% das dívidas) estão ligadas ao Juízo de Órfãos. A quantia movimentada por eles também foi bastante modesta: 1:398\$540 ou 14,27% daquele total.

Analisando conjuntamente esses dois momentos, observamos uma sensível redução da participação do Juizado de Órfãos a partir do início do século XIX, na praça de São João del Rei. Isso, seguramente, está ligado ao fenômeno de fortalecimento da elite mercantil, que, como dissemos acima, fora aos poucos suprimindo o papel das instituições coloniais no mercado de crédito. Dos 11 registros restantes em nossa amostragem, classificados como dívidas particulares, apenas em 5 deles foi possível saber que se tratavam de créditos vencidos, isto é, quando os devedores não liquidavam seus débitos e, depois de um tempo, renegociavam suas dívidas antigas com seus credores, os quais estabeleciam novos juros e condição para solvência. De toda maneira, acreditamos poder inferir, ainda que sem a confirmação por meio do cruzamento com outras fontes documentais, que a maioria dos créditos concedida por esses agentes particulares, muito provavelmente, teve sua origem no capital mercantil.

Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 198.

³³ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império...*, op. cit., p. 188. Ver também ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Pobres e ricos em Minas Gerais...*, op. cit., p. 198-199.

³⁴ *Ibidem*, p. 190-194.

³⁵ FERREIRA, Raphael Chaves. *Tráfico de escravos em São João del Rei, 1750-1850: o mercado negreiro*. Relatório de iniciação científica (edital CNPq). São João del Rei: UFSJ/Prope, 2011.

4.3- À margem do mercado: os contratos de doação, dote, arras e outras práticas costumeiras do Antigo Regime nos trópicos

O mercado colonial esteve profundamente permeado por relações pessoais e familiares, que, de maneira geral, perpetuaram-se ao longo de boa parte do século XIX³⁶. As transmissões de bens assumiram aí formas variadas, pois além dos acordos de compra e venda ajustados, particular ou publicamente, elas também se fizeram através das doações e dotes. Estes últimos consistiam, fundamentalmente, numa espécie de adiantamento feito pelos familiares dos futuros cônjuges, cujo objetivo era permitir-lhes manter os encargos do matrimônio e garantir a sobrevivência em caso de falecimento de um deles. É certo, contudo, que nem sempre os bens doados estariam comunicados, pois, dependendo das cláusulas do contrato, como nas escrituras de dote e arras – comum entre as famílias mais abastadas –, cada um dos contratantes conservaria os bens com que entrou no casamento, e em decorrência de morte de um deles, estes mesmos bens passariam aos filhos, caso existissem, ou, se não, retornariam para a família do falecido³⁷.

Em nossa pesquisa encontramos alguns desses contratos, que juntamente com os de doações, dotes simples, cessão e traspasse perfizeram um total de 35 escrituras, ou seja, quase 17% de todos os nossos registros. No que diz respeito particularmente aos contratos de dote simples e arras, localizamos 8 casos, dos quais um deles ilustra bem o funcionamento dessa prática. Trata-se da escritura de dote que fez João Fernandes Lopes, em 2 de setembro de 1802, a sua sobrinha Hipólita Joaquina de São José, por ocasião de seu casamento com José Cardoso de Souza. Foram doados 2 escravos, um cavalo selado e enfreado e mais 20 cabeças de gado, entre vacas e novilhas, com a condição de não poderem estes bens ser alienados por modo algum. Ficava ainda estabelecido que se tivessem filhos deste matrimônio, os bens deveriam passar a estes sob a mesma obrigação³⁸.

Com relação às escrituras de doações, localizamos 21 registros, entre os quais 6 referem-se a transações que envolviam cativos. No entanto, observamos que o número deles em cada um desses registros foi bastante modesto, afinal, totalizaram apenas 13 indivíduos. Já as demais doações contemplaram os cessionários, essencialmente, com imóveis urbanos, propriedades rurais, dinheiro e/ou animais. Curioso também foi o fato de termos encontrado 5 registros em que foram feitas doações para estabelecimento ou remoção de patrimônio eclesiástico. Pelo que pudemos observar, era necessário que o futuro sacerdote, no momento da ordenação, fizesse doação a si próprio para que estabelecesse seu patrimônio nos bens doados, e, em caso de venda destes, era necessária sua imediata substituição através de uma nova doação.

Há ainda um registro que trata de uma doação de serviço para requerimento das graças de Sua Majestade. Foi o caso do capitão Thomé Luiz Coelho, que, em 12 de novembro de 1802, ofertou a seu filho, o padre Felisberto Coelho da Silva, todos os serviços que vinha realizando nas administrações e ofícios das Minas, para que ele pudesse requerer de Sua Alteza Real o prêmio que melhor merecesse³⁹. Esse exemplo ilustra muito bem uma das

³⁶ Sobre a permanência destas relações na economia oitocentista, ver FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840)*. 4ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamentos no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1984, p. 99.

³⁸ *Escritura de duação dotal que fez João Fer^s Lopes a sua sobrinha Ipolita Joaquina de São José filha legitima de Manuel Garcia da Silvr^a e de Eugenia Maria Fer^s para a fim de se receber em matrimonio com José Cardozo de Souza*. Livro do Ofício de Notas de São João del Rei (1802-1804), 02/09/1802, fl. 54 - f. e v.

³⁹ *Escritura de duação pura e irrevogavel de serviços que fez o capp^{am} Thomé Luiz Coelho a seu filho o padre Felisberto Coelho da Silva*. Livro do Ofício de Notas de São João del Rei (1802-1804), 12/11/1802, fls. 69 - v. e 70 - f.

práticas mais características da governabilidade nas sociedades de Antigo Regime, em que as dimensões econômicas, políticas e culturais estavam profundamente imbricadas. O acesso às mercês régias passava, necessariamente, pelos serviços prestados a El Rey, e através delas os súditos que dispunham de maiores cabedais garantiam a manutenção e a reprodução de sua riqueza, prestígio e possibilidade de ascensão, perpetuando também uma estrutura hierárquica profundamente excludente. A lógica do dom e contra-dom constituía-se, assim, num elemento estruturante das relações sociais no Império Português⁴⁰, fazendo com que muitas vezes a necessidade de ser contemplado com graças reais fosse premente, o que levava, muitas vezes, à transferência dos direitos a outrem⁴¹, geralmente a um parente próximo, como fora o caso do capitão Thomé Luiz.

No conjunto da nossa documentação, esse exemplo, entretanto, não foi o único. Entre as escrituras de cessão e traspasse, que computaram 6 registros, encontramos pelo menos 2 casos semelhantes ao que analisamos anteriormente. E, além deles, há ainda um específico sobre a concessão dos impostos arrematados no Tribunal da Junta Administrativa da Capitania de Minas Gerais. Essa prática de arrematação de impostos pôde também ser observada em 4 dos 7 registros de sociedade que localizamos. Em geral, a administração dos registros fiscais e dízimos era entregue a particulares visando desonerar a máquina colonial de tais atividades. Naturalmente, aqueles que participavam das arrematações dos contratos eram indivíduos endinheirados, ligados, em geral, à atividade mercantil⁴². Tal deve ter sido o caso do capitão José Antônio da Silveira, que, ao arrematar os dízimos da freguesia de Pitangui na Junta da Real Fazenda, associou-se, em 06 de maio de 1806, a seu cunhado, alferes José Máximo Pereira. O valor da dita arrematação foi de 10:211\$000, e, por meio desse contrato, os mencionados sócios passariam a dividir tanto despesas quanto o montante do lucro proveniente⁴³.

Verificamos, por meio deste e dos outros casos que localizamos, que o controle dos contratos estavam quase sempre divididos entre sócios, ainda que tivessem sido arrematados por um único sujeito. Essa prática talvez apontasse para uma estratégia de um grupo de grandes negociantes, que, ao dividirem lucros, mas também prejuízos, buscaram adquirir um nível maior de estabilidade à frente de suas atividades. Tal como afirma Ilana Blaj, não podemos esquecer que “esta mesma elite monopoliza também contatos, arrematação de tributos, cargos e postos que irão cristalizar o seu poder no âmbito regional, tornando-a, assim, parceira menor da metrópole portuguesa”⁴⁴. Apesar disso já nos indicar o fortalecimento do segmento encabeçado pelos “homens de negócio”, como buscamos mostrar no caso do controle do crédito, vale ressaltar que ainda estamos frente a uma economia pré-industrial, em que a lógica e a objetividade do mercado ainda não se instalara.

5. Palavras finais

⁴⁰ FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. “Uma leitura do Brasil colonial...”, op. cit., p.72.

⁴¹ CARVALHO, Carla Maria Carvalho de Almeida. *Ricos e Pobres em Minas Gerais...*, op. cit., p.191.

⁴² ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. “Tratos e contratos nas Minas Setecentistas”. In: CARRARA, Ângelo Aves. *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p.122.

⁴³ *Escritura de socied^e q.entre si fazem o cap^m Jose Antonio da Silva e seu cunhado alf^{es} Jose Maximo Pr^o*. Livro do Ofício de Notas de São João del Rei (1804-1808), 06/05/1806, fl. 69 - v. e 70 - f. 196 - f. e v.

⁴⁴ BLAJ, Ilana apud ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. “Tratos e contratos nas Minas Setecentistas”, op. cit., p. 142. Ver BLAJ, Ilana. “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana”, *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n° 36, São Paulo, 1998.

Embora tenhamos outros registros de escrituras na documentação levantada, como alforrias, distrates, perdão, fianças, etc, preferimos não tecer considerações a seu respeito, visto que sua representatividade foi muito diminuta, e sua análise fugiria à proposta deste texto. No que tange ao funcionamento econômico são-joanense, entre os anos de 1802 e 1806, pudemos perceber, por meio das escrituras de compra e venda, que o mercado de escravos aparece apenas muito timidamente representado, sendo sua maior ocorrência nos casos das vendas casadas. Já o mercado de imóveis rurais desponta como o mais pujante, movimentando pouco mais de 68% da soma total dos nossos registros. Logo depois estão os imóveis urbanos, perfazendo quase 12% daquele valor. O mais notável, porém, foi perceber que, entre esses registros, aqueles que negociavam conjuntamente cativos por meio de vendas casadas, foram os que movimentaram os maiores capitais.

Outro aspecto que pudemos observar foi que, no início do século XIX, a estrutura creditícia de São João del Rei passou por profundas mudanças. Esse quadro deveu-se, principalmente, à paulatina perda de importância do Juizado de Órfãos como agente fornecedor de crédito. Para além dos dados encontrados, que nos ajudam a corroborar tal constatação, não podemos esquecer que esse fenômeno, muito possivelmente, esteve ligado ao fortalecimento da elite mercantil, que passaria a ocupar um papel de destaque no financiamento dessa economia. Apesar dessas transformações, algumas práticas, próprias das sociedades do Antigo Regime, ainda persistiram. Tal foi o caso da chamada economia de privilégios – baseada no princípio da reciprocidade –, que não só viabilizou o governo no ultramar luso, mas também cimentou as hierarquias excludentes da sociedade que nele se formou.

Diante de tudo o que apresentamos aqui, esperamos ter lançado algumas questões acerca dos principais aspectos do mercado são-joanenses e da forma como ele se estruturou durante parte da primeira década do oitocentos. Sabemos, contudo, que novas pesquisas, principalmente aquelas que privilegiem o cruzamento de fundos documentais, são necessárias para que, cada vez mais, possamos melhor compreender essa realidade histórica regional, que, até o momento, mostrou-se extremamente rica e complexa. Considerando, portanto, que, no campo da história, tudo é *work in progress*, ficaremos satisfeitos se este texto tiver lançado mais provocações que repostas definitivas.

6. Fontes e Referências bibliográficas

6.1- Fontes manuscritas

Arquivo Histórico e Escritório Técnico II de São João del Rei/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Livro do ofício de notas da Vila de São João del Rei (1802-1804 e 1804-1806).

6.2- Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. “Tratos e contratos nas Minas Setecentistas”. In: CARRARA, Ângelo Aves. *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BLAJ, Ilana. “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana”, *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, São Paulo, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII – O jogo das trocas*. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, v.2.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA, Iraci del Nero. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

FERREIRA, Raphael Chaves. *Tráfico de escravos em São João del Rei, 1750-1850: o mercado negreiro*. Relatório de iniciação científica (edital CNPq). São João del Rei: UFSJ/Prope, 2011.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. “Uma leitura do Brasil colonial. Base da materialidade e da governabilidade no Império”, *Penélope*, nº. 23, 2000.

_____; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840)*. 4ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____; GUEDES, Roberto. “Anexo I- Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 401, 424 e 425: despachos de escravos e passaporte da Intendência da Polícia da Corte, 1819-1833”. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. *Banco de dados dos despachos de escravos e passaporte da Intendência da Polícia da Corte* (mimeo).

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Anablume, 2002.

_____. *O crédito e o mercado negreiro em São João del Rei, 1750-1850*. Projeto de iniciação científica (edital FAPEMIG). São João del Rei: UFSJ/DECIS, out.-2011.

_____. *Negócios negreiros na antiga comarca do Rio das Mortes: Minas Gerais, c.1750 - c.1850*. Relatório de pesquisa de produtividade/CNPq. São João del Rei, fevereiro de 2012.

_____. “A praça mercantil e a cidade de São João del Rei no Oitocentos”. In: ANDRADE, Francisco Eduardo; BOHER, Alex Fernandes; PIRES, Maria do Carmo. *Poderes e lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Scortecci Editora, 2013.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”, *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, v. 1, nº 2, jun.-1986.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. “O apelo de Maria Yedda e a história econômica das Minas setecentistas”. In: SILVA, Francisco Carlos T. da; MATTOS; Hebe M.; FRAGOSO, João. *Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad /Faperj, 2001.

_____. “Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad.” In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et. alii. (orgs.). *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Goiânia: ANPUH, 2001.

_____. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. 2ª ed. rev. São Paulo: Hucitec/USP/Imprensa Oficial, 2002.

_____. “Caribbean and Latin America”. In: *The American Historical Reviv.* v. 107, nº 1, fevereiro de 2002.

LINHARES, Maria Yedda Leite. “O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência”. MINAS GERAIS. *Seminário sobre cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da Costa. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIFE/Pioneira, 1982.

_____; CANO, Wilson. “Economia escravista em Minas Gerais”, *Cadernos IFCH/Unicamp*. Campinas, nº 10, out.-1983.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

_____ ; MARTINS FILHO, Amilcar V. “Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited”, *Hispanic American Historical Review*, 63 n° 3, 1983.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. “Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772”. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PINTO, Fábio Carlos Vieira. *Família escrava em São José del Rei: aspectos demográficos e identitários (1830-1850)*. Dissertação de mestrado. São João del Rei:UFSJ/PPGHIS, 2010.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamentos no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1984.

SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, *Cadernos do IFCH/Unicamp*. Campinas, n° 17, jun.-1985.